

Cidadania: discurso da valoração da sociedade e práticas de valorização da vida

Ricardo Abussafy de Souza¹

Kleber Prado Filho²

Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Unesp

Resumo: O conceito de cidadania no Brasil é composto pela prescrição de direitos e deveres civis, políticos e sociais previstos na Constituição Federal de 1988. Destarte, um outro discurso de afirmação da cidadania vem sendo produzido como produto de consumo para a população. Reproduz-se um modelo de estética cidadã descomprometida com suas responsabilidades éticas e políticas. Perante este contexto, cabe questionar: de que forma foi construído um discurso de cidadania para a produção moral do sujeito como bom cidadão desvinculada de conteúdos éticos e da política do cotidiano? Como este discurso é efetivado na sociedade contemporânea? O objetivo deste ensaio é mapear por quais vias foi sendo fortalecido um código moral privado sobre a cidadania em detrimento a um exercício ético e político no cotidiano.

Palavras chaves: cidadania, sujeito, políticas públicas.

Introdução

As diferenciações contempladas no título deste texto, que estabelecem as conexões conceituais entre discurso-valor-sociedade e prática-valorizar-vida serão analisadas a partir de um território específico e bem delineado, qual seja: os processos de construção e produção da cidadania como formas de subjetivações.

A produção da cidadania e o modo como ela se engendra cotidianamente é uma prática que se desdobra e influencia modos de pensar e agir do sujeito. O movente deste processo é a intensificação de determinado conjunto de valores, que produz uma forma de organização da sociedade civil qualificada como o “novo ator social”: capacitado e creditado para intensificar as discussões sobre os bens e serviços públicos e para estabelecer ações de reajuste social. Fica evidente que a intenção deste “reajuste” não é rediscutir a estrutura das relações pessoais, mas trazer a discussão sobre a coisa pública para a chancela dos interesses privados.

Para entender este modo de produção de valores, vale questionar a potencialidade de inclusão/exclusão social que fundamenta o discurso da cidadania, que no seu modelo

¹ Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é pesquisador e articulador de projetos da ONG/OSCIP CIRCUS (Circuito de Interação de Redes Sociais) e Doutorando em Psicologia pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Assis.

² Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo.

ativo promove os novos heróis sociais e no modelo reativo estabelece quem serão os “fracos e oprimidos”.

Cidadania: discurso e prática

Com a transformação do modo de gestão nacional do Império para a República, assistiu-se à fundação do modelo de cidadania brasileira moderna. A palavra cidadania tem sua origem epistemológica no latim *civitas*, derivação de *civis* que significa o ser humano livre. O requisito para a existência da cidadania é a existência de um ou mais conjuntos de cidadãos livres para compô-la. A palavra República, por sua vez, encontra sua raiz epistemológica no latim *res publica* que significa lugar comum. Portanto, para fins de esclarecimento, falar em cidadania é ter como prerrogativa a constituição de um sujeito que tenha condições básicas para garantir sua liberdade individual, para depois constituir o coletivo da cidade ou Estado e contribuir na gestão dos bens e espaços públicos. O ser humano, na condição de cidadão, é igual a qualquer outro cidadão. Esta condição não deve lhe dar nenhum direito e dever além ou aquém de seus pares.

Basicamente, este discurso, o da cidadania, causa fervorosas polêmicas quando confrontado com o histórico de desigualdades e censuras de modos de vida presentes na realidade moderna. Alguns exemplos como cidadãos morando nas ruas, morrendo nas portas de hospitais a espera de atendimento ou envelhecendo nas filas do serviço previdenciário, se chocam com um outro tipo de cidadão que dispensa a possibilidade de habitar as vias públicas, que dispõe de serviços de saúde de última geração em hospitais particulares ou, ainda, não se importam com ressarcimento previdenciário por já terem acumulado o bastante pra duas ou três gerações de sua família.

Paoli (2002) discute sobre o surgimento de um empresariado social que começa a se apoiar em uma nova concepção de cidadania, ou seja, uma incoerente participação do empresariado em ações sociais que resulta na promoção de um tipo de intervenção social que lhes interessa e os promova na sociedade adotando um caráter filantrópico.

Neste contexto, duas verdades construídas historicamente são trazidas em pauta: o surgimento de uma democracia ampliada a partir da década de 1980 em que se supera o regime militar da ditadura e traz à tona uma concepção de cidadania atrelada ao Estado na forma da democracia representativa; e a o surgimento de grandes bolsões de pobreza, aos quais o modelo governamental neoliberal se agita para encontrar soluções.

Neste sentido, Paoli ressalta sua postura conceitual colocando que para pensar a questão da cidadania deve-se “manter a dimensão crítica do conceito muito próxima da complexidade empírica dos conflitos concretos por direitos, operando, assim, com os acontecimentos singulares que desvendam uma sociedade fragmentada pela multiplicação de suas históricas desigualdades” (ibid., p. 377). Sendo assim, a questão da cidadania está ainda atrelada à garantia de direitos pelo Estado. A autora ainda relata como se produz uma falsa concepção de fragilidade do Estado – já que o mercado é uma lógica de atuação do próprio Estado, para justificar a mercantilização do mesmo diluído no indivíduo, ou seja, no próprio cidadão.

A palavra “cidadania”, circulando como linguagem conotativa de civilidade e integração social, e portanto aparecendo como uma alternativa de segurança e ordem incapaz de ser fornecida pelos tradicionais modos autoritários e policiais de agir e de pensar sobre estes problemas, gerou na opinião pública uma demanda por

responsabilidade apenas secundariamente dirigida ao governo. De fato, esta demanda foi capturada através do apelo ao ativismo social voluntário da população, e a palavra “solidariedade” tornou-se, no senso comum, a disposição altruísta voluntária de um indivíduo, uma organização ou uma empresa, um quase sinônimo de cidadania (ibid., p. 377).

Este parágrafo deixa claro o processo pelo qual tecnologias neoliberais se apropriam de uma demanda causada pelo contexto de crise produzido na crença de um Estado que deveria defender o bem-estar social gerando uma demanda pelo ativismo social voluntário da população. Com a construção desta demanda e, por consequência, a própria insatisfação de um desejo não saciado, a população frustrada com o Estado, não deposita mais neste a responsabilidade pelo alcance da justiça social.

Paoli localiza ainda um momento crucial destas transformações quando os movimentos sociais ou sindicais perderam força a partir da década de 1990. É neste momento que se fortalece um outro modo de organizar a sociedade civil. As ONGs se apropriam desta crise e defendem a ampliação de sua participação política sustentados pelo discurso de que os bens públicos precisam ser geridos de forma mais responsável e de que o Estado não teria mais a competência para tal empreita. Sendo assim, a discussão política sobre a questão social assume um caráter mais técnico e pragmático com os governos dispensando a massa populacional das decisões que lhes concerne. A problemática colocada pela autora é que novamente há, assim como, no Estado paternalista, a expulsão da população em massa nas decisões sobre a gestão dos bens públicos.

Outro fato que se desdobra é a protagonização do voluntariado que não se caracteriza por ser algo iniciado pela população, mas sim, uma produção desta demanda de cidadania despolitizada que se revela como uma tecnologia de controle da ação social. Este modo de intervenção autodenominado como solidário se torna privilégio de poucos que podem dispor de algumas horas semanais para “se dedicar aos pobres”. Não que esta experiência será em vão para as partes envolvidas, já que os dois pontos mais valorizados são a troca de experiências e a oportunidade de ajudar, todavia, o maior problema está no alcance local e emergencial desta ação.

Agora sujeitos a serem natureza descartável pelo próprio desmonte do setor público e pelo menosprezo à universalidade dos direitos de cidadania, sujeitos a todas as formas de violência, separados e hierarquizados pelas barreiras da passagem do privado ao público, resta-lhes a esperança de serem capturados pelas políticas compensatórias e localizadas da filantropia social organizada do âmbito dos grupos da sociedade civil (ibid., p.389).

Uma nova idéia é passada para a população em que se faz necessário um levante voluntário por parte desta para solucionar os problemas mais emergentes. A produção desses “novos atores sociais” é comandada por estas ONGs que dependem de poucos financiamentos disponibilizados pelo Estado e que se configuram, em sua maioria, em financiamentos privados tendo como argumento sua eficiência em gerir projetos extremamente funcionais, pois apresentam soluções rápidas para os problemas de bem comum.

A sociedade quer produzir estéticas. O sujeito contemporâneo precisa respeitar um discurso que lhe oferece tecnologias de ações limitadas, isoladas e pontuais. O discurso, completamente inserido em um projeto de modernidade individualizante, esforça-se para construir um sujeito “politicamente correto”, mas eticamente vazio. Se for fato que

a lógica de mercado está infiltrada nas ações sociais, torna-se coerente vê-lo conectado a todos os tipos de enunciados que o impulsiona.

Valorar ou valorizar

Desde o advento da República no país a maioria da população esteve alheia às decisões sobre o espaço público. Um movimento militar comandou a mudança de modo de governo e a população assistiu “bestializada” aos acontecimentos julgando ser apenas uma parada militar que na verdade constituía a nova comitiva governante.

No processo de desenvolvimento da cidadania no período do Estado Novo (1937-1945), o crescimento e desenvolvimento das cidades, bem como seu processo de higienização e urbanização se dá pelo discurso da importância do trabalho e do espaço privado, ou seja, a moradia. O Estado concentrou a figura do cidadão no homem trabalhador que se preocupa com a organização do lar e o bem-estar de sua família. Em troca da obediência destas recomendações o poder público garantiria a cidadania desenvolvendo os direitos trabalhistas, estabelecendo assim uma relação de tutela. No entanto, se alguma disfunção no comportamento privado viesse a perturbar o espaço público, como sempre ocorria com a população dos cortiços, a casa e a família eram invadidas pelo saber e autoridade do Estado, que decretava o diagnóstico e a sentença. Desta forma, os conflitos, e por consequência, as relações pessoais eram recusadas e condenadas pelo governo do público, tendo como um de seus desdobramentos a despolitização destas relações (Duarte, 1999, p.324).

Observa-se que neste período de advento da República e promoção do Estado Novo, há a construção de valores para a sociedade que deveriam ser acatados pacificamente pelo “bom” cidadão. Luiz Antonio Baptista (1999, p 64) demonstra como os saberes médicos que sustentavam este governo, atribuía perigo em tudo que era diverso do cotidiano prescrito. O patrão Gordo vira pai, surge a mesa de jantar, as refeições em família e a boa educação para a cidadania. A sociedade respeitável se transporta para dentro do lar e o espaço público começa a adquirir valores insalubres trazidos por doenças impregnadas nos vagabundos, prostitutas e bandidos. Para convencer o cidadão a se trancar em casa inventam-se os excluídos, os imundos e inúteis que habitam as ruas. Vê-se a construção da exclusão como condição para a promoção da cidadania, ou seja, a produção de uma imagem do errado, para trazer à luz o seu produto como certo.

A partir desta construção da cidadania, os valores da moral e dos bons costumes familiares se transformam na moeda para comprar os direitos e o acesso à cidade. Enquanto a família frequenta as novidades urbanas – médicas, culturais, educacionais e de moradia - a nova população de excluídos assiste a tudo sem entender nada. A categoria dos cidadãos agora tem valor, número e endereços fixos; está cadastrada, rotulada e carimbada e o que se perde com este processo são as diversidades que os conflitos das relações trazem. O Estado desvaloriza a vida que habita os espaços públicos, mas promove o modelo da família e seu lar (DaMatta, 1997).

A idéia de cidadão como o indivíduo reinventado, teve um processo de institucionalização política tão intenso que começou a ser colocado como algo da natureza humana. No entanto, a cidadania é um papel socialmente institucionalizado e moralmente construído. A população assiste à produção de um homem da moral que

respeita as normas do bem-estar social e subtrai a expressão dos conflitos pessoais onde habitam as nuances da vida. Desta forma, o homem deixa de construir sua singularidade a partir de sua relação com o mundo, para exercitar uma relação normativa que não necessita de sujeitos nem de predicados (Rolnik, 1994, p.165-6).

Sociedade e vida

A problemática da arte de governar na modernidade está em definir os meios pelos quais o Estado pode conduzir as ações do sujeito e de como ele administra as riquezas, bens e costumes da família para garantir um bem-estar social. O Estado se preocupa com o bem-estar da sociedade e para isto não é mais preciso garantir o território como patrimônio, mas garantir que a produção de riquezas e as relações deste território se desenvolvam para um progresso do modelo de funcionamento social moderno. Trata-se, portanto, não mais de um governo limitado a conquistas territoriais, mas sim de governa(r)mentalidades. É preciso governar as coisas e não mais os territórios e, neste meandro, o sujeito também é objetivado. Suas relações, seu comportamento, suas crenças e seus saberes são direcionados para um bem maior: a sociedade (Foucault, 1999, p. 281).

Nos tempos atuais, em que se observa o crescimento de uma população a qual o mercado não conseguirá absorver pela via do trabalho, vê-se o desenvolvimento da assistência social como paliativo ao que é qualificado como miséria humana. São verdadeiros aglomerados de pessoas, muitas vezes confundidas como lixo urbano, sem uma utilidade social, excluídos de qualquer norma social a não ser por uma: o serviço de benefícios garantidos pelos direitos sociais.

Surge a Cidadania Social de T. H. Marshall (1967). Assim continua a se sustentar uma ilusão de pertencimento por meio de uma idéia de “status social” que os coloca à mercê de projetos e experimentos de desenvolvimento social. O mercado se humaniza através do discurso de responsabilidade social fazendo surgir os “novos atores”. Estes, por sua vez, se colocam como modelos de sucesso da sociedade moderna e estabelecem os meios e os fins das ações de contenção dos problemas sociais urbanos.

O mercado, obviamente, capitaliza a situação na forma do marketing social e transforma esta realidade em um novo negócio e uma nova necessidade para seu sucesso. Reflexos deste processo são os prêmios de cidadania empresarial que surgem na mesma velocidade em que crescem os investimentos nesta área.

A sociedade ainda não descobriu por qual outra via o cidadão pode ser inserido, senão por uma permanente situação de beneficiário destas ações sociais. São os válidos inválidos que, apesar de obterem o título de cidadãos, são caracterizados como excluídos pela situação de inutilidade na produção do capital nacional (Castel, 1998, p. 556-9).

A situação é evidente, os esforços concentram-se para a conservação da estrutura de valores da sociedade e não para a valorização da vida. O modo de reajuste sustentado promove graus de inserção social para ser o mais abrangente possível. Esta gradação é regulada conforme o poder de associação do indivíduo a grupos legitimados de participação na sociedade. Na sociedade moderna, o que conta para o indivíduo ter valor social é a rede de relações a qual pertence, não bastando apenas sua condição de cidadão

que acaba por assumir um sentido negativo. É desta forma que se promove um discurso que valora a sociedade em detrimento de práticas que valorizem a vida.

Souza, R. A. e Prado Filho, K. (2008). Citizenship: discourse of the society's valuations and practices of increase in life's value. *Revista de Psicologia da UNESP*, 7(1), 169-175.

Abstract: *the prescription of civil, political and social's rights and duties, predicted in the constitution of 1988, compose the concept of citizenship in Brazil. Hence another speech of citizenship's affirmation have been produced like product consumption for the population. We witness the reproduction of a model of esthetic's citizen with no ethic's responsibilities and political involvement. In the presence of this context, it suits to question: in which form was built a speech of citizenship for the moral production of the subject like "good citizen" divested of ethic's contents and of the policies of the daily life? How is the efetivation of this speech into the contemporary society? This assay was aimed at mapping of the way that the moral code deprived about the citizenship was strengthened in detriment to an ethical and political exercise in the daily life.*

Key words: *citizenship, subject, public policy.*

Referências

- Castel, R. (1998). *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. I. D. Poleti (trad). Petrópolis: Vozes.
- Baptista, L. A. (1999). *A cidade dos sábios: reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades*. São Paulo: Summus.
- Carvalho, J. M. (1987). *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Damatta, R. (1997). *A casa e a rua* (5a ed.). Rio de Janeiro: Rocco.
- Duarte, A. L. (1999). *Cidadania e Exclusão: Brasil 1937-1945*. Florianópolis: Ed. Da UFSC.
- Foucault, M. (1999). *Microfísica do Poder*. R. Machado (org. e trad.). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Marshall, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. M. P. Gadelha (trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Paoli, M. C. (2002). *Empresas e responsabilidade social: os enredos da cidadania no Brasil*. In: B. S. Santos (org.) *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Rolnik, S. (1994). *Cidadania e alteridade: o psicólogo, o homem da ética e a reinvenção da democracia*. In M. J. P. Spink (org.). *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez.